



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios  
Divisão de Contratos e Convênios

**CONTRATO Nº 07/2018**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO E INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO DO RN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E A EMPRESA CENA2 PRODUÇÕES DIGITAIS EIRELI-ME.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte – TJ/RN, com sede na Praça 7 de Setembro, s/nº, Cidade Alta, em Natal/RN – CEP nº 59.025-300, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 08.546.459/0001-05, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador EXPEDITO FERREIRA DE SOUZA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 112.234, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 056.053.774-34, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa CENA2 PRODUÇÕES DIGITAIS EIRELI-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 13.615.357/0001-26, com sede na Rua da Sorveira, 7953, Pitimbu, Natal/RN. CEP 59067-590, neste ato representada por seu representante legal, Senhor Riccardo Henrique de Carvalho, portador da Cédula de Identidade nº 1.854.974, CPF nº 045.764.294-77, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e de acordo com as formalidades constantes do Processo P Jus nº 00551/2017, referente ao Pregão Eletrônico nº 04/2018 resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes condições:

**Cláusula 1ª – DO OBJETO**

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação dos serviços em caráter contínuo de produção de conteúdo jornalístico e institucional do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, incluindo gravação e edição de boletins, spots, entrevistas e programas de rádios, além da geração deste conteúdo para rádio web e emissoras conveniadas com o Judiciário Potiguar, em conformidade com as especificações e características do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.º 04/2018 e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	PERIODICIDADE	QUANT. MENSAL ESTIMADA	QUANT. ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
01	Produção de boletins com duração máxima de 3 minutos	Diária (até 10 / dia útil)	até 200	2.400	R\$41,25	R\$8.250,00	R\$99.000,00



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios**  
**Divisão de Contratos e Convênios**

	(exibição ao vivo).						
02	Produção de programa A com duração máxima de 5 minutos (exibição ao vivo).	Diária (até 2 / dia útil)	até 40	480	R\$185,41	R\$7.416,40	R\$88.996,80
05	Produção de programa D com duração máxima de 40 minutos.	Quinzenal (2 / quinzena)	até 4	48	R\$833,33	R\$3.333,32	R\$39.999,84
07	Produção de spots com duração máxima de 2 minutos.	Sob demanda (12 / mensal)	até 12	144	R\$34,02	R\$408,24	R\$4.898,88
08	Manutenção da rádio web 24 horas no ar, sendo 10 (dez) horas de operação presencial e 14 (catorze) horas de operação remota, em dias úteis. Feriados e finais de semana, manter exclusivamente, a operação remota.	Diária	30 dias, sendo 20 dias úteis (10h de operação presencial e 14h de operação remota). Feriados e finais de semana, manter exclusivamente a operação remota.	365 dias/ano	120,05	R\$3.651,52	R\$43.818,25
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 12 MESES R\$ 276.713,77							

### **Cláusula 2ª – DA EXECUÇÃO**

2.1. O objeto deste Contrato será por execução indireta, pelo regime de empreitada por preço unitário, sob demanda, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93.

### **Cláusula 3ª - DO VALOR CONTRATUAL**

3.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços, um valor mensal estimado de R\$ 23.059,48 (vinte e tres mil, cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos), perfazendo um valor anual estimado de R\$276.713,77 (duzentos e setenta e seis mil, setecentos e treze reais e setenta e sete centavos), em conformidade com as cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios  
Divisão de Contratos e Convênios

Contratual, e bem assim, no edital do Pregão Eletrônico nº 04/2018 e seus anexos.

**Cláusula 4ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado do Rio Grande do Norte, conforme descritos abaixo: 04.131.02.061.0004.225301.3.3.90.39.0100.0000;

4.2. Para acobertar as despesas decorrentes do presente Contrato foram emitidas as Notas de Empenho: 358/2018, 359/2018, 360/2018 e 361/2018, datadas de 06/03/2018.

4.3. Para fins de emissão do empenho, a empresa CONTRATADA deverá manter as mesmas condições da habilitação, cuja confirmação será feita através da consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou através da Internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

**Cláusula 5ª - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

5.1. Assinado o presente Contrato, a produção e execução do objeto deverá seguir os prazos abaixo, conforme condições estabelecidas no Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 04/2018;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	PRAZO DE ENTREGA PARA EXIBIÇÃO
01	Produção de boletins com duração máxima de 3 minutos (para exibição ao vivo).	Até 4h a partir da entrega da pauta.
02	Produção de programa A com duração máxima de 5 minutos (exibição ao vivo).	Até 24h a partir da entrega da pauta.
05	Produção de programa D com duração máxima de 40 minutos.	Até 5 (cinco) dias úteis a partir da entrega da pauta.
07	Produção de spots com duração máxima de 2 minutos.	Até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da solicitação oficial feita pela Secretaria de Comunicação Social.
08	Manutenção da rádio web 24 horas no ar, sendo 10 (dez) horas de operação presencial e 14 (catorze) horas de operação remota, em dias úteis. Feriados e finais de semana, manter exclusivamente, a operação remota.	A rádio web funcionará 24h, portanto, este serviço é contínuo.

5.2. A CONTRATADA deverá instalar, configurar e operar todo o equipamento que





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios  
Divisão de Contratos e Convênios

possibilite a execução dos serviços no estúdio de rádio da sede do CONTRATANTE;

5.3. A instalação das máquinas e devida configuração que propiciarão a execução do serviço objeto deste Contrato deverá ser feita no horário regular de expediente do CONTRATANTE, no prazo de até dez (10) dias úteis, contados a partir da data de assinatura deste Contrato.

5.4. Os equipamentos necessários para a produção e geração dos serviços, objeto deste Contrato, devem ser instalados pela CONTRATADA no estúdio de rádio, que funciona no segundo andar do prédio sede do CONTRATANTE. A instalação, operação e assistência técnica dos equipamentos são de responsabilidade da CONTRATADA.

5.5. A CONTRATADA deverá executar os serviços de gravação em ambiente interno do CONTRATANTE, das edições/produções de boletins, spots, entrevistas e programas de rádio e externo ao CONTRATANTE, quando necessário;

5.6. Os materiais de expediente utilizados serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

5.7. Os serviços de produção e geração de conteúdo, gravação e edição de boletins, campanhas (spots), entrevistas internas e externas, programas de rádio ocorrerão diariamente, de acordo com a demanda da Secretaria de Comunicação Social.

5.8. As coberturas jornalísticas demandadas pela Secretaria de Comunicação Social do Poder Judiciário do RN ficam delimitadas aos eventos, reuniões, julgamentos e ações realizadas pelo Judiciário, ou com a participação desta instituição, ocorridos na capital e no interior do RN, sendo o transporte da equipe de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

5.9. Vencido o prazo do item 5.3. sem que tenha ocorrido a instalação, configuração e operação dos equipamentos, ficará caracterizada a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas neste Contrato.

5.10. A execução dos serviços contratados será acompanhada, fiscalizada e atestada pela Secretaria de Comunicação Social, além disso, um servidor será formalmente indicado pela autoridade competente para atuar como fiscal do Contrato, obedecendo-se aos seguintes procedimentos:

- a) provisoriamente: assim que forem executados os serviços, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações técnicas contidas neste Contrato, na respectiva proposta de preços e no Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2018;
- b) definitivamente: após verificação da conformidade dos serviços com as referidas especificações, no prazo máximo de dois (02) dias úteis, contado da lavratura do termo de recebimento provisório.

5.11. A execução definitiva dos serviços, objeto deste Contrato, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando de sua normal utilização/uso pelo CONTRATANTE, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios  
Divisão de Contratos e Convênios

**Cláusula 6ª - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

6.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contado de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta (60) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. A prorrogação referida no item anterior dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade para o CONTRATANTE das condições e dos preços contratados e afirmação do Fiscal do Contrato de que o serviço está sendo prestado a contento.

6.3. A prorrogação de que trata o item 6.1. deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

6.4. O procedimento de prorrogação da vigência do Contrato deverá ser instruído com a anuência da CONTRATADA.

**Cláusula 7ª – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será efetuado por demanda, em até 20 (vinte) dias úteis, após a apresentação da NOTA FISCAL/FATURA à Divisão de Contratos e Convênios, devidamente conferida e atestada por servidor, designados pela autoridade competente do TJ/RN, para funcionar como fiscal do Contrato, acompanhada obrigatoriamente dos seguintes documentos:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Conjunta Quanto a Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluídas Contribuições Sociais;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual: Certidão Conjunta Quanto aos Tributos Estaduais e à Dívida Ativa do Estado;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal: Certidão de Débitos para com a Fazenda Municipal ou outra equivalente na forma da Lei, do domicílio ou sede da empresa CONTRATADA;
- d) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS: Certificado de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- e) prova de regularidade Trabalhista: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440/2011).

7.2. Os documentos previstos no item 7.1 desta Cláusula devem estar com o mesmo CNPJ, razão social e endereço da CONTRATADA, observadas as demais disposições contidas neste Contrato.

7.3. A Nota Fiscal/Fatura, a que se refere o item 7.1, deste Contrato, além de estar acompanhada dos documentos previstos nos incisos do referido dispositivo, deverá ser emitida imediatamente após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo do objeto deste Contrato, a fim que, seja remetida à Secretaria de Orçamento e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios  
Divisão de Contratos e Convênios

Finanças do CONTRATANTE para liquidação e pagamento dentro do prazo estabelecido neste Contrato.

7.4. A CONTRATADA, por ocasião da emissão de qualquer Nota Fiscal/Fatura, deverá, previamente, solicitar informações junto à Secretaria de Orçamento e Finanças do CONTRATANTE, para saber quais os dados que deverão constar do referido documento fiscal.

7.5. A Secretaria de Orçamento e Finanças do CONTRATANTE, quando a lei assim o determinar, efetuará todos os descontos legais, bem assim aqueles decorrentes de multas eventualmente aplicadas à CONTRATADA, por infração a cláusulas e condições deste Contrato, do Termo de Referência que integra o seu Anexo I ou por deficiências e/ou falhas na prestação dos serviços que constitui o seu objeto.

7.6. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, ficará pendente o pagamento até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o CONTRATANTE.

7.7. Qualquer pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com os órgãos referidos no item 7.1 desta Cláusula.

7.8. No caso da não efetivação do pagamento no prazo acima estabelecido, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios, que serão calculados pela aplicação da seguinte fórmula:

$EM = i \times N \times VNF$ , Onde:

EM são os encargos moratórios devidos;

N é número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VNF é valor da Nota Fiscal/Fatura;

i é o índice diário de compensação financeira, calculado com base na média aritmética simples do INPC (IBGE) e do IGPDI (FGV), dos últimos doze (12) meses, dividida por 365, cuja fórmula é:  $i = [(INPC + IGPDI) / 2] / 365$

a) O valor dos encargos moratórios será simetricamente arredondado para duas casas decimais;

b) Na hipótese de extinção de um desses índices (INPC e IGPDI), será utilizado o índice que vier a substituí-lo.

#### **Cláusula 8ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Sem prejuízo das disposições previstas em lei, são obrigações da CONTRATADA, além de cumprir rigorosamente os termos de sua proposta, a qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer sejam no preço ou nas condições estabelecidas:

a) Manter os seus empregados, por ocasião do fornecimento do objeto contratado, sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o referido Órgão;





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios  
Divisão de Contratos e Convênios

- b) Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;
- c) Manter os seus funcionários identificados por crachá, quando do fornecimento do objeto contratado, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;
- d) Responder pelos danos causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a entrega do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- e) Responder por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do objeto contratado;
- f) Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários no recinto do CONTRATANTE;
- g) Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail ou telefone, indicados na respectiva proposta;
- h) Prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- i) Não poder alegar, como motivo de força maior para justificar o atraso na execução dos serviços, a eventual ruptura de seu estoque;
- j) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- k) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- l) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;
- m) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento;
- n) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução deste Contrato.
- o) cumprir também com todas as obrigações não consignadas expressamente, neste subitem, mas que previamente estabelecidas neste Contrato e no edital do Pregão Eletrônico nº 04/2018.

8.2. A inadimplência da CONTRATADA para com quaisquer de suas obrigações não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios  
Divisão de Contratos e Convênios

custo da contratação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

**Cláusula 9ª – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. A fim de garantir o fiel cumprimento do objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE compromete-se a:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste Contrato, bem como, aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso;
- b) efetivar a satisfação do crédito da CONTRATADA nos precisos termos dispostos neste Contrato;
- c) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto deste Contrato;
- d) assegurar, observadas as normas de segurança do CONTRATANTE, o acesso dos empregados da CONTRATADA ao local onde serão executados os serviços, objeto deste Contrato;
- e) efetuar o recebimento dos serviços, objeto do referido Contrato, através do fiscal designado para esse fim, fornecendo comprovante à CONTRATADA;
- f) comunicar à CONTRATADA, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, exigindo que o mesmo adote as providências necessárias para sanar os problemas;
- g) sustar a execução dos serviços que não estiverem em conformidade com as especificações e características constantes da respectiva proposta de preços;
- h) exigir, sempre que necessário, a apresentação da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejaram a contratação.

**Cláusula 10ª – DA GARANTIA CONTRATUAL**

10.1. Assinado o presente Contrato a CONTRATADA deverá prestar, garantia, em favor do CONTRATANTE, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global da respectiva avença, conforme autorizado no § 2º, do Art. 56 da Lei nº 8.666/1993, no prazo máximo de dez (10) dias úteis, com validade até três (03) meses após o término da vigência contratual, através de uma das modalidades previstas no dito diploma legal.

10.2. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA na pendência da entrega dessa garantia contratual, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

10.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) indenização em virtude de prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) indenização em virtude de prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios  
Divisão de Contratos e Convênios

honradas pela CONTRATADA.

10.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

10.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato, a título de garantia, a serem depositados em favor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

10.6. Tendo a CONTRATADA prestado garantia, poderá ser solicitada, formalmente, a liberação ou restituição desta, após decorridos 3 (três) meses do final da vigência contratual e do cumprimento de todas as obrigações assumidas no Contrato, a qual deverá ser devolvida pelo CONTRATANTE no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de autuação do pedido pelo Setor de Protocolo do CONTRATANTE.

10.7. A perda da garantia em favor do CONTRATANTE, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á, de pleno direito, depois que concluído o procedimento administrativo em que se determinou, afora outras penalidades, a aplicação de multa à CONTRATADA.

10.8. A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, em conformidade com o art. 56, § 2º, da Lei nº 8.666/93, no prazo máximo de 5 (dias) dias, contado da data de verificação qualquer uma dessas hipóteses.

#### **Cláusula 11ª - DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas neste Contrato, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará a CONTRATADA sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar (em):

I - Advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos ao CONTRATANTE;

II - Multa, salvo previsão diversa no instrumento convocatório ou no Contrato, de:

a) 1% (um por cento) do valor do serviço, por dia, decorrido de atraso injustificado para entrega, limitada a incidência a 10% (dez por cento) do valor do serviço;

b) 2% (dois por cento) do valor do serviço recusado, por dia decorrido, pela demora em substituir o serviço rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição;

c) 10% (dez por cento) do valor do serviço, pela recusa em efetuar a entrega do objeto contratado, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado;

d) 10% (dez por cento) do valor do serviço recusado, pela recusa do CONTRATADO em substituir o serviço rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data de rejeição;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios  
Divisão de Contratos e Convênios

com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme disposto no art. 14, do Decreto Estadual nº 17.144, de 16 de outubro de 2003;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e, após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

11.2. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com as de multa;

11.3. Os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo, ao final, serem recolhidos espontaneamente pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação;

11.4. As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis;

11.5. As importâncias relativas a multas poderão ser descontadas do pagamento porventura devido à CONTRATADA, ou efetuada a sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Estado, ou por qualquer forma prevista em lei;

11.6. Expirado o prazo fixado no item anterior e não tendo a CONTRATADA recolhido os referidos valores, o CONTRATANTE fica autorizado, pela CONTRATADA, a descontar da respectiva garantia contratual ou de pagamentos eventualmente devidos, a importância correspondente à multa ainda não quitada;

11.7. Em última hipótese, não sendo o valor da garantia, nem os pagamentos devidos suficientes para saldar o valor da multa imposta, o saldo remanescente será cobrado judicialmente, assegurado a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa;

11.8. Em casos especiais, quando o prazo para entrega do serviço demandado for acordado como IMPRORROGÁVEL, registrado na respectiva solicitação, atrasos ou falhas na prestação do equipamento implicará em glosa integral do valor da respectiva tarefa.

#### **Cláusula 12ª - DA FISCALIZAÇÃO**

12.1. O CONTRATANTE, para o integral cumprimento deste Contrato, deverá designar servidor indicado formalmente por intermédio de autoridade competente, para funcionar como fiscal deste Contrato, com conhecimento técnico na respectiva área, para recebimento, conferências, fiscalização e atesto dos serviços executados.

12.2. O servidor designado, referidos no item anterior, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios  
Divisão de Contratos e Convênios

12.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado por intermédio de autoridade competente para funcionar como fiscal deste Contrato, deverão ser solicitadas à Divisão de Contratos e Convênios, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

12.4. A CONTRATADA deverá exercer fiscalização permanente sobre a execução do presente Contrato, objetivando, sobretudo, a manutenção do elevado padrão de qualidade dos serviços executados, evitando, também, o descumprimento das cláusulas deste Contrato.

12.5. A fiscalização não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE ou terceiros na execução do Contrato.

**Cláusula 13ª - DO REAJUSTE DO CONTRATO**

13.1. Será permitido o reajuste do presente Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um (01) ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta de preços ou da data do último reajuste eventualmente concedido, com base na variação dos componentes dos custos ocorrida no período, devidamente justificada e demonstrada em planilha, bem assim, em conformidade com as disposições contidas no subitem 13.6, desta Cláusula.

13.2. No caso de o prazo mínimo de um (01) ano contar-se a partir da data da apresentação da proposta, o reajuste deve ser precedido de cálculo e demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos, devendo, em qualquer hipótese, ser observada a adequação aos preços de mercado.

13.3. A inércia da CONTRATADA implicará a perda dos valores retroativos a que faria jus, no caso de inobservância do prazo previsto no subitem anterior.

13.4. Os efeitos financeiros do reajuste são devidos a contar da data da solicitação, desde que devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios, cabendo à parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos.

13.5. O reajuste, mesmo depois de analiticamente comprovado o aumento de custos, estará limitado ao menor dos seguintes índices: IPC-A (IBGE), IPC (FGV), INPC (IBGE), IGP-DI (FGV) e IGP-M (FGV).

**Cláusula 14ª – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

14.1. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, nos termos previstos pelo Art. 65, §1º da Lei nº 8.666/1993.

**Cláusula 15ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1. A rescisão do Contrato ocorrerá conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios  
Divisão de Contratos e Convênios

15.2. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.3. A rescisão determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos de I a XI, da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências elencadas no art. 87 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.

15.4. Ocorrendo a rescisão de que trata esta Cláusula, não caberá à CONTRATADA qualquer indenização, salvo se motivada pelas hipóteses previstas nos incisos XII a XVII do Artigo 78, sem culpa da CONTRATADA, sendo devido apenas o pagamento relativo aos serviços efetivamente executados, e desde que aprovados pelo CONTRATANTE, deduzidas as multas que eventualmente tenham sido aplicadas.

15.5. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivadas nos autos de processo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade do CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

15.6. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do Contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

#### **Cláusula 16ª – DA FUNDAMENTAÇÃO E DA VINCULAÇÃO**

16.1. O presente instrumento fundamenta-se na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 17.144, de 16 de outubro de 2003, Portaria nº 274, de 07 de abril de 2005, e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em sua redação atual e observadas alterações posteriores, fazendo parte deste o Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 04/2018 e a Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA em 01/02/2018, como se transcritos estivessem.

#### **Cláusula 17ª – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Fica estabelecido que, na ocorrência de algum fato não previsto neste Contrato, a solução caberá às partes, respeitada o seu objeto, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº. 8.666, de 1993, aplicando-lhe, se for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e às disposições do Direito Privado.

#### **Cláusula 18ª – DA PUBLICAÇÃO**

18.1. O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, ficando sua validade e eficácia sujeita à publicação, por extrato, no Diário da Justiça Eletrônico - DJe, nos termos e para os fins do disposto no art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios  
Divisão de Contratos e Convênios

**Cláusula 19ª – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

19.1. Da aplicação das penalidades previstas, bem como da rescisão unilateral deste Contrato por ato do CONTRATANTE, caberá recurso, sem caráter suspensivo, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

**Cláusula 20ª – DO FORO**

20.1. Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, fica eleito o foro da Cidade de Natal/RN, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, justas, combinadas e contratadas, firmam o presente instrumento contratual em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um só fim, na presença de testemunhas abaixo, para que surtam todos os efeitos legais.

Natal/RN, 19 de março de 2018.

\_\_\_\_\_  
EXPEDITO FERREIRA DE SOUZA  
DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TJ/RN

\_\_\_\_\_  
RICCARDO HENRIQUE DE CARVALHO  
Representante legal CENA2 PRODUÇÕES DIGITAIS EIRELI-ME

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Cristianne Leite Martins

CPF: Cristianne Leite Martins  
CPF: 055.666.444-22

Nome: Lucia Helena Sales C. B. de Queiroz  
CPF: 877.259.324-53